

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



ISSN 1981-2566

## **A DESIGUALDADE SOCIAL E A EDUCAÇÃO: A DIMENSÃO SUBJETIVA DO PROCESSO EDUCACIONAL**

Ana Mercês Bahia Bock

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo <sup>1</sup>

anabock@terra.com.br

Desigualdade social é um tema de extrema relevância no Brasil, pois a sociedade brasileira está marcada de forma aguda por ela. Os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD<sup>2</sup> mostram que de 1997 para 2007, caiu de 31,6% para 23,5% o percentual de famílias com rendimento familiar per capita de até ½ salário mínimo, no entanto, as diferenças sociais ainda são grandes e preocupantes. Há ainda uma concentração de riqueza na mão de poucos e uma grande massa que divide uma pequena parcela dessa riqueza.

Dados importantes da última PNAD têm demonstrado a relação entre salário e pobreza e nível de escolarização. No conjunto da população que vivia com rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo, cerca de 18% era analfabeto em 2007; já nas classes com rendimentos superiores a dois salários mínimos, o percentual era de 1,4%. Outro dado importante nessa relação é a taxa de frequência líquida<sup>3</sup> à escola dos adolescentes de 15 a 17 anos, que mostra uma situação desfavorável. Entre os 20% com menores rendimentos essa taxa é de 28,2%, enquanto para os 20% mais ricos ela é de 77%. Outro dado apontado na PNAD que mostra a relação entre pobreza e nível de escolarização é a defasagem série/idade no ensino fundamental. Apesar de ter sido

---

<sup>1</sup> Este estudo se insere em disciplina pesquisa realizada no segundo semestre de 2008 para alunos de mestrado e doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da PUCSP. Assim, ele contou com a participação de Alessandra S. Oliveira; Ana Cristina P.S.Silva; Arthur V. Ferreira; David S.Hornblas; Jair G.Santos; Lucilene M.B.Tomaz; Makeliny O.G.Nogueira; Marília Freire e Rita de Cássia M.Kulnig

<sup>2</sup> Os dados da PNAD/2007 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – são apresentados no relatório *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008*, elaborado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>3</sup> Reflete a adequação idade/nível de ensino cursado



significativamente reduzida de 43%, para 25,7% no período entre 1997 a 2007, a desigualdade entre as regiões mais pobres e ricas do país continua grande: as regiões sul e sudeste apresentaram proporção em torno de 16%, enquanto no Norte foi de 35,4% e no Nordeste 38,8%.

Há dados ainda que mostram diferenças na escolarização entre brancos e negros (pretos e pardos) tanto no acesso ao ensino superior, quanto no número de anos de estudo.

Assim, são diferenças de rendimentos, de escolarização, diferenças regionais e de raça, entre outras, que compõem o chamado quadro da desigualdade social brasileira. O peso de cada uma delas na construção desta situação social tem sido visto de maneira diversa por diferentes autores, mas a importância da escolarização, nas análises desses autores, tem sido grande.

Barros e outros em publicação de 2002 trazem a importante conclusão de que

Na sociedade brasileira contemporânea, as defasagens, absoluta e relativa, na escolaridade da população explicam, de modo significativo, a intensa desigualdade de renda do país. Especificamente no que se refere ao mercado de trabalho, observamos que a heterogeneidade da escolaridade entre trabalhadores e o valor atribuído aos anos de escolaridade adicionais representam os principais determinantes da desigualdade salarial. (2002, p.1)

A partir deste quadro duas questões se impõem: a primeira se refere à necessidade de estudos sobre as expressões da desigualdade na educação. Supõe-se aqui que a desigualdade social pode se tornar visível a partir de dados recolhidos no campo da educação. Regiões e/ou estratos sociais pobres têm maiores índices de analfabetismo, maior defasagem idade/série, média de número de anos de escolaridade menor e outros aspectos que demonstram que a pobreza e a baixa escolarização caminham juntas. Torna-se necessário evidenciar essa realidade, pois as soluções para os problemas no Brasil devem emanar do maior conhecimento sobre esse fenômeno.

A vergonhosa desigualdade brasileira não decorre de nenhuma fatalidade histórica, apesar da perturbadora naturalidade com que a sociedade brasileira a encara. Impõe-se uma estratégia de aceleração sem precedentes no ritmo de expansão do sistema educacional brasileiro. Não se trata evidentemente de uma panacéia para nossos

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



males; trata-se de uma dimensão central para a redefinição do horizonte de desenvolvimento do país. Ensino de qualidade para todos, por evidentes razões de cidadania e justiça social, mas, além disso, como precondição absolutamente necessária para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do Brasil. (Barros e outros, 2002, p.16)

Uma segunda questão se refere à dimensão subjetiva dessa realidade de desigualdade, que se expressa também no campo da educação. Essa segunda questão é o objetivo maior dessa pesquisa, aqui apresentada em seus dados parciais.

A desigualdade social e seus aspectos educacionais têm sido estudados por várias áreas de conhecimento como a economia e as ciências sociais. No entanto, os estudos não analisam a *dimensão subjetiva* da desigualdade, ou seja, as significações e sentidos que os sujeitos, vítimas de desigualdade, têm construído subjetivamente. Como se sentem os sujeitos vítimas da desigualdade? Que afetos e sentimentos acompanham a experiência escolar em situação social de desigualdade?

Alguns poucos estudos, como o de Gonçalves Filho (1998) e Sawaia (1999) trouxeram contribuições significativas a partir das noções de humilhação social e sofrimento ético-político, respectivamente, para o campo da Psicologia, permitindo a ampliação das leituras sobre desigualdade. No entanto, ainda não foram realizados estudos que apresentem essas contribuições no campo da educação.

## **A desigualdade brasileira**

A desigualdade social é talvez, sem exagero de expressão, o maior problema brasileiro. Os dados econômicos e sociais têm demonstrado uma distribuição de renda onde uma minoria se apropria da maior parte da riqueza e uma maioria divide entre si o restante. Informa-nos Medeiros ((2005) que, na média, a renda da população brasileira é superior à recebida por quase três quartos da população mundial e, ao mesmo tempo, entre um terço e metade da população brasileira vive em torno de uma linha de pobreza. Esses indicadores podem fornecer a dimensão da desigualdade. Pode-se ainda, de acordo com o próprio Medeiros (2005) apresentar outro dado que traz a mesma dimensão: se somadas as rendas dos 50% mais pobres o resultado não ultrapassa 12% da renda per capita disponível. O centésimo mais rico da população detém 14% da renda, ou seja, o 1% mais rico possui mais renda que a metade mais pobre da população

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**  
Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



brasileira. Assim, a desigualdade que já é extrema aparece associada à pobreza. O Brasil é um país desigual e com uma parte grande de sua população vivendo em extrema pobreza.

Medeiros (2005) afirma que podemos pensar no Brasil como uma pirâmide com uma pequena população (a elite) no topo e a grande massa desfavorecida na base. Como já citado, mas aqui reafirmado

(...) a renda é tão concentrada que o centésimo mais rico da população possui uma renda superior à soma de todos os rendimentos da metade mais pobre desta população e pelo menos um quarto de toda a desigualdade de renda é determinado por apenas três por cento da distribuição de renda. (Medeiros, 2005, p. 249)

Barros, Henriques e Mendonça (2000) descrevem a evolução da pobreza e da desigualdade no Brasil a partir da PNAD de 1998 e concluem que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres e que existe no país uma perversa distribuição de renda e oportunidades de inclusão econômica e social. Em suas análises, comparando a evolução da pobreza de 1977 a 1998 no Brasil, indicam que a causa da pobreza no país não é a escassez de recursos, pois o Brasil está, a princípio, entre os países que melhores condições apresentam para enfrentar a pobreza de sua população. Porém, o grau de pobreza no Brasil é significativamente superior à média dos países com renda per capita similar à nossa, sugerindo a relevância da má distribuição dos recursos para explicar a intensidade da pobreza nacional. Os autores chegam à conclusão que o Brasil vive numa perversa simetria social, em que os 10% mais ricos se apropriam de 50% do total da renda das famílias e, como por espelhamento, os 50% mais pobres possuem cerca de 10% da renda. Além disso, 1% da população, o 1% mais rico, detém uma parcela da renda superior à apropriada por metade de toda a população brasileira. Novamente o dado da desigualdade de distribuição aparece com lugar importante nas análises.

Scalon (2004) analisa os dados do *survey* sobre a percepção da desigualdade, realizado pelo Instituto Virtual “Estado Social da Nação: Brasil e Rio de Janeiro”, com o objetivo de traçar um quadro geral das opiniões e atitudes da população brasileira em relação a alguns aspectos da desigualdade. Observa que 96% dos brasileiros

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



reconhecem que há grandes desigualdades de renda e percebem a estrutura social brasileira como uma pirâmide, onde uma pequena elite estaria no topo e a grande maioria da população em sua base. Estrutura bastante diferente da apontada pelos participantes da pesquisa como ideal/desejada, que teria a forma de uma pirâmide invertida. Quanto ao combate às desigualdades, 62% acha que o seu fim depende da vontade do Estado e 12% aponta que depende de vontade política, o que indicaria, conforme a autora, que os brasileiros acreditam na importância do papel da ação coletiva na diminuição e combate das desigualdades.

Reis (2004), que também se dedica ao tema, aponta que igualdade e desigualdade se relacionam e que para entender a desigualdade se faz necessário compreender a igualdade. É a partir de um código cultural compartilhado que se define o que é aceitável na distribuição de bens e recursos, definindo conseqüentemente o padrão de igualdade/desigualdade social. Em suas pesquisas, Reis (2004) observa que, para a elite brasileira, a pobreza, a desigualdade e baixo nível educacional são fatores relevantes que se constituem como principais obstáculos para a democracia no Brasil. A elite considera que a melhoria do nível educacional é que possibilitará a igualdade de oportunidades e a riqueza do país, sendo desnecessária a redistribuição de renda. Assim, a educação não é vista como mecanismo de conscientização, senão como qualificação de mão de obra, um recurso de incremento da produtividade. A elite atribui ao governo a responsabilidade em investir na área educacional e privilegia a superação da pobreza em detrimento da superação da desigualdade. Na visão da população brasileira, a violência, o desemprego e a situação da saúde pública estão entre os problemas que afetam o maior número de brasileiros. Já na visão da elite, a inflação, a educação, a saúde e a pobreza são os problemas que merecem maior atenção. Enquanto para a elite a educação oferece igualdade de oportunidade, a população em geral tende a enxergar a sorte como chance de melhorar individualmente e a corrupção como meio de subir na vida.

Souza (2004:2006) apresenta publicações sobre a questão da desigualdade no Brasil e nos ajuda a compreender a construção histórica de uma subcidadania trazendo



elementos que se referem às relações sociais e a formas de vida instituídas, que são reforçadoras e responsáveis pela manutenção da situação produzida. Além disto, acrescenta argumentos do âmbito do simbólico para dar visibilidade a um processo de manutenção da desigualdade social.

### **Desigualdade e educação**

Barros, Henrique e Mendonça (2002) apresentam um diagnóstico das relações entre educação e desigualdade que justifica a necessidade de definir uma política de expansão acelerada da educação de modo a assegurar as bases de um desenvolvimento sustentável.

Para os autores a

[...] sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico está diretamente associada à velocidade e à continuidade do processo de expansão educacional. Essa relação direta se estabelece a partir de duas vias de transmissão distintas. Por um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza. Por outro, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social, na medida em que a condição de “ativo não-transferível” faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos.” (2002, p.1)

Para os autores, na sociedade brasileira contemporânea, as defasagens, absoluta e relativa, na escolaridade da população explicam, de modo significativo, a intensa desigualdade de renda do país.

(...) Especificamente no que se refere ao mercado de trabalho, observamos que a heterogeneidade da escolaridade entre os trabalhadores e o valor atribuído aos anos de escolaridade adicionais representam os principais determinantes da desigualdade salarial. (Barros e outros, 2002, p.1)

A comparação internacional permite, ainda, reconhecer que essa heterogeneidade educacional aparenta responder, de forma significativa, pelo excesso de desigualdade do país em relação ao mundo industrializado.

Barros e Mendonça (1998) são citados em sua conclusão de que em São Paulo cada ano adicional de educação superior aumentaria os salários, em média, em 16%.



Os autores fazem várias demonstrações com dados retirados de variadas fontes para “...demonstrar que a educação representa a principal explicação para o elevadíssimo grau de desigualdade de renda no país.” (Barros e outros, 2002, p.4)

### **A Pesquisa**

A pesquisa realizada coletou dados em algumas fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -INEP e do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social –CDES e os organizou em cinco categorias, relativas à organização do Relatório do Observatório da Equidade (2007). São dados que dão visibilidade à desigualdade na educação: analfabetismo, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino profissional; acrescentamos dados reunidos em publicação da “Ação Educativa” sobre a escola e o trabalho entre os jovens (2008).

Os resultados estão organizados a seguir:

### **1. Um quadro sobre a persistência do analfabetismo no Brasil**

Ferrari (1985) relata a persistência, no tempo, dos índices de analfabetismo<sup>4</sup> no Brasil; seu estudo compara os censos de 1872 a 1980, no qual se verifica que o percentual de analfabetismo entre pessoas de cinco anos e mais de idade, vem decrescendo ao longo do século, enquanto o número absoluto de pessoas analfabetas, na mesma faixa etária, é crescente.

O Brasil teve, em 2007, um dos piores índices de analfabetismo da América Latina, divulgada pelo IBGE<sup>5</sup>, a pesquisa registrou cerca de 14,1 milhões de analfabetos no país. Com uma taxa de analfabetismo de 10%, o Brasil é o 15º em um ranking de projeções de índices de analfabetismo de 22 países na América Latina divulgado pelo estudo. Apesar de ainda ser um dos piores no continente, o índice brasileiro melhorou na comparação com 2006, quando a taxa era de 10,4%.

<sup>4</sup> Analfabeto passa a ser aquele que não sabe ler e escrever um bilhete simples.

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico.



Os dados permitem observar que a taxa de analfabetismo é diferente em diferentes regiões do país, diferentes raças e faixas etária.

Em relação à faixa etária da população não alfabetizada, foi detectado que esse número é maior entre a população com 40 anos ou mais. Esse grupo concentra 17,2% de analfabetos. Isso evidencia problemas de acesso a escola para grande parte da população. Mas a população entre 15 a 17 anos, que deveria estar sendo melhor preparada para assumir os desafios do mercado de trabalho no futuro, registrou um pequeno aumento de 0,1 ponto percentual em 2007. Isso decorre do decrescimento da população jovem a partir de 2005, à razão de 1,6% ano. Em anos anteriores, no entanto, a redução do analfabetismo foi substancial, de 8,2% em 1992 para 1,7% em 2007.

Houve grande redução no Nordeste do país, mas essa região ainda concentra o maior número de pessoas que não sabem ler nem escrever. Coube à região Nordeste a maior redução (0,8 p.p.), no entanto essa região ainda apresenta um índice que é o dobro da média brasileira, situando-se em 20%, e bastante acima das taxas no Sul-Sudeste, que não ultrapassam os 6%.

De acordo com a localização, foi observado que em relação à área rural quase um quarto de sua população é analfabeta. Já para a população urbana/metropolitana este índice é de 4,4%.

É possível observar números bastante expressivos quando o indicador leva em consideração os quesitos raça/cor. Mesmo com alguns avanços, a população negra ainda representa mais que o dobro do número de brancos que não sabem ler nem escrever. O primeiro grupo representa 14,1%, sendo que o segundo apresenta um número bem menor, apenas 6,1%.

## **2) Educação Infantil: acesso restrito a uma educação de qualidade**

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



A Educação Infantil, destinada às crianças de 0 a 5 anos, constitui a primeira etapa da Educação Básica e inclui a creche e pré-escola. Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.274 que diminui a idade de entrada no ensino fundamental obrigatório para seis anos. Assim, a partir desta data, a educação infantil passou a atender às crianças de até cinco anos, sendo a creche para as de até 3 anos e a pré-escola para as de 4 e 5 anos.

Apesar de ter aumentado o número de crianças que freqüentam a creche, o percentual ainda é baixo, levando-se em consideração que uma parcela cada vez maior das mulheres está no mercado de trabalho. Porém, para as crianças de 0-3 anos de família com rendimento per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, a taxa de freqüência era de 8,6%, bem abaixo da média.

Das 10,9 milhões de crianças de 0-3 anos de idade no país, apenas 17,1% freqüentavam estabelecimento de educação infantil em 2007. A região Norte é onde há menos crianças de até 3 anos de idade na escola, correspondendo a 7,5%. A maior taxa de freqüência escolar nesta faixa etária é encontrada na Região sudeste; 22,1%.

A pobreza também dificulta o acesso das crianças à escola, principalmente na primeira infância. É clara a diferença entre as crianças de 0 a 3 anos de idade das famílias mais pobres e as das famílias mais ricas. Entre aquelas que vivem em famílias consideradas pobres, a taxa de freqüência escolar era de 10,8%. Nas mais ricas, com mais de 3 salários mínimos de rendimentos mensal familiar per capita, a taxa era quatro vezes maior, 43,6%. Portanto, o nível de freqüência aumenta conforme vai crescendo o rendimento familiar. Também podemos constatar tal desigualdade nos grupos de crianças de 4 a 6 anos de idade entre as famílias de maior e menor rendimento. Enquanto 97% das crianças das famílias com rendimentos superiores a 3 salários mínimos freqüentavam escola, nas famílias com rendimento até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo a taxa era de 71,4%. Tal fenômeno pode ser observado em todas as regiões, quanto maior o rendimento, maior a chance da criança de 4 a 6 anos de idade estar na escola, evidenciando que o rendimento da família é determinante no seu desenvolvimento. Embora a freqüência à escola venha aumentando em todas as faixas de rendimento, é evidente que na faixa de rendimento mais alta a freqüência a escola já é uma realidade

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



para 95% das crianças nessa faixa etária, dos quais 24,7% dos estudantes são atendidos na rede particular e 75,3% são atendidos na rede pública.

Observamos que 59,5% das crianças de até 3 anos de idade que freqüentam escola está na rede pública. Porém, se compararmos ao ensino fundamental, observamos que 40,5% dessas crianças estão matriculadas na rede privada, enquanto no ensino fundamental encontramos apenas 12% das crianças matriculadas na rede privada.

Entre as 9 milhões de crianças de 4 a 6 anos de idade, a taxa de freqüência escolar era 77,6%. Enquanto 97,7% das crianças das famílias com rendimento superiores a 3 salários mínimos freqüentam escola, nas famílias com rendimento até ½ salário mínimo a taxa era de 71,4%. Este fenômeno é observado em todas as regiões, quanto maior o rendimento da família, maior as chances das crianças de 4 a 6 anos de idade estar na escola, evidenciando que o rendimento da família é determinante no seu desenvolvimento.

Entre as razões identificadas para o baixo acesso à educação infantil encontram-se insuficiência de vagas e de recursos para a rede pública. Não existem dados precisos para a demanda por essa etapa educacional, porém, é sabido que grande número de famílias procura o atendimento público para seus filhos e não consegue matriculá-los.

A oferta de educação infantil é atribuição dos municípios que, para tanto, devem contar com o apoio técnico e financeiro dos Estados e da União, conforme preconiza a Constituição de 1988. Entretanto, essa etapa da educação tem recebido uma parcela muito pequena dos recursos do Ministério da Educação. Segundo estimativas do IPEA, apenas 0,18% dos recursos do MEC, em 2006, foram destinados à educação infantil, os estados, via de regra, não fornecem apoio financeiro para o atendimento. Essa situação é especialmente grave quando se leva em conta que o número de municípios que tem pequena arrecadação própria é bastante expressivo. Conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional analisados pelo IPEA, 544 municípios tiveram em 2006, arrecadação inferior a R\$ 100.000; esse contingente em 2005 era mais elevado (863).

Além das restrições de acesso, também se verificam padrões de qualidade inadequados na educação infantil brasileira. Aqui se inclui os relacionados à infra-

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**  
Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



estrutura, aos docentes, à gestão e a própria fragilidade institucional dos municípios. O Censo Escolar do INEP levanta vários aspectos da infra-estrutura dos estabelecimentos e os dados mostram que muitos deles são bastante precários.

Quanto aos professores, dois aspectos foram selecionados para análise: a formação e o salário. A formação exigida para o professor de educação infantil é a de magistério nível médio ou licenciatura. O censo escolar de 2006 revela que 14,4% dos professores das creches e pré-escolas não tinham essa formação, percentual que é quase o mesmo do verificado em 2005.

Segundo os dados preliminares do Censo Escolar 2008, houve, em 2007, aumento do atendimento da educação infantil (de 0 a 5 anos). As conclusões foram apresentadas pela diretora de estatísticas educacionais, Maria Inês Pestana, do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), em outubro de 2008.

Segundo os dados preliminares, estão matriculados 4.943.410 alunos de educação infantil de ensino regular e outros 36.802 de educação especial, somando 4.980.212 atendimentos nas redes estadual e municipal - em 2007, foram registradas 4.960.293 matrículas. O atendimento deve ser mais abrangente que o demonstrado pelos números, aponta Pestana, porque está havendo migração de crianças com seis anos para a categoria fundamental nos sistemas de ensino que já adotaram nove anos para essa etapa - antes esses alunos eram contabilizados na categoria educação infantil.

No entanto, há dois Estados que ainda não finalizaram a transmissão de dados e podem mexer com os números finais: São Paulo e Goiás. As duas unidades da federação não estão utilizando o Educacenso, sistema de informação via Internet onde cada instituição preenche sua parte - elas estão fazendo toda a transmissão. De um total de 28 mil escolas paulistas, faltam ainda cerca de 1.200. No caso goiano, das 1.200 instituições, por volta de 240 devem seus índices. A exatidão das informações é fundamental, pois a transferência de recursos para alimentação e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes e implantação de bibliotecas depende do número de alunos. Também tomam o Censo Escolar como base programas como Dinheiro Direto



na Escola e o aporte de recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

### **3) Ensino fundamental**

Com o objetivo de atualizar os resultados e ampliar o conhecimento e a capacidade da sociedade de participar na cobrança das políticas públicas educacionais o Comitê Técnico do Observatório da Equidade apresenta um relatório sobre as desigualdades na escolarização no Brasil, apresentamos aqui, as conclusões para o Ensino Fundamental.

Segundo o parecer, a primeira avaliação nos traz uma situação onde o acesso, a permanência e o desempenho educacional evidenciam níveis de desigualdade que desfavorecem as populações das zonas rurais, das regiões Norte e Nordeste e Centro-Oeste, os mais pobres, os pretos e os pardos. A população brasileira apresenta um nível baixo e desigual em todos os níveis.

No Ensino Fundamental o problema de acesso e sucesso escolar influencia sobre o macro problema. O baixo desempenho e os elevados índices de fracasso são comprovados pelos alunos que freqüentam a escola e declara não saber ler e escrever um bilhete simples.

O acesso ao Ensino Fundamental está quase universalizado, porém muitos não o concluem ou permanecem mais tempo que o necessário nos bancos escolares. Outro problema é a dificuldade do acesso dos alunos com deficiência: O acesso limitado à educação pelos alunos com deficiência tem sido preocupação mais evidente no cenário educacional a partir dos anos 1990, especialmente com a valorização do princípio da inclusão desses alunos em escolas regulares. Apesar do reconhecimento desse direito, muitas escolas ainda não incluem tais alunos e grande parte delas não tem as condições necessárias para fazê-lo. Um indicador da dimensão do problema é a baixa proporção de escolas de ensino regular que incluem alunos com deficiência. Segundo o Censo Escolar de 2006, pouco mais de um quarto das escolas (27,4%) o fizeram e, nesse aspecto, as escolas públicas podem ser consideradas mais inclusivas que as instituições

## IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



privadas, com proporções de 28,6% e 18,5%, respectivamente. A maior desigualdade encontra-se entre as regiões Norte, com apenas 16,6% de escolas que realizaram a inclusão, e o Sudeste, onde esse percentual foi de 42,7%. Nesse indicador, observa-se uma expressiva melhoria entre os anos de 2005 e 2006 para os segmentos analisados, porém, com aumento das desigualdades.

Outro aspecto avaliado pelo observatório da equidade foi a elevada taxa de repetência. Em 2005, situou-se em 20,1%. Revela-se nesse indicador grande desigualdade regional, tendo atingido 27,9% no Nordeste e 12,4% no Sudeste. Da mesma forma, são elevadas e desiguais as taxas de evasão. Dos alunos matriculados em 2005 no ensino fundamental, 6,9% não se matricularam em 2006. No Nordeste, esse percentual alcançou 8,9% e no Sul 5%. Não se verificou nessas taxas melhoria em relação ao ano anterior. A posição ocupada pela Região Sudeste naquele ano foi superada pelo Sul.

Sobre a qualidade do ensino, recentemente foram divulgados os resultados do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), de 2006, promovido pela OCDE. Em um *ranking* com 57 países, o Brasil ficou em 49º, 52º e 54º lugar, em leitura, ciências e matemática, respectivamente. No geral, a *grande maioria* dos estudantes brasileiros não passou do nível elementar de aprendizagem nas três áreas avaliadas. A falta de qualidade da educação básica é, hoje, um dos maiores entraves ao crescimento sustentado do País. Estes números são de causar espanto e já são suficientes por si próprios para indicar que algo vai mal e muito mal.

#### **4) Ensino Médio: níveis insuficientes de acesso, permanência, desempenho e conclusão**

Segundo o Censo Escolar de 2007, no ensino médio, na modalidade regular, as matrículas de 2006 contabilizavam em torno de 8,9 milhões de alunos, com menos 124.482 alunos (1,4%) quando comparado ao ano anterior (2006).

A variação dos dados no ensino médio também revela diferenças regionais, apresentando queda de 4,5% na região Sudeste e de 0,6% na região Sul e crescimento de 2,2% na região Norte, de 0,9% na região Nordeste e de 2,1% na região Centro-Oeste.

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**  
Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



Nas matrículas do ensino médio estão contabilizados 61.808 alunos do ensino médio integrados à educação profissional.

Em 2006, a rede estadual continuava a responder pela oferta de 85,2% das vagas no ensino médio.

Segundo dados da PNAD 2008, no grupo de adolescentes de 15 a 17 anos de idade, a taxa de frequência também cresceu, passando de 77,3%, em 1997, para 82,1%, em 2007. Um indicador que qualifica melhor a situação educacional dessa faixa etária é a taxa de frequência líquida, que reflete a adequação idade/nível de ensino cursado. Apesar de somente cerca de 48% dos adolescentes nessa faixa etária cursarem o ensino médio, em 2007, houve uma melhora nessa taxa de mais de 80%, dado que, em 1997, a mesma somente alcançava 26,6% dos adolescentes. A Região Nordeste registrou um avanço considerável, no entanto ainda possui a menor taxa entre as regiões, 34,5%. O Sudeste tem a melhor taxa de frequência líquida de adolescentes entre 15 a 17 anos de idade, cerca de 58%. O Estado de São Paulo aparece como destaque absoluto com uma taxa de 66,7%, provavelmente, em função dos programas de progressão continuada implementados no estado desde os anos 1990.

Para monitorar a qualidade do sistema de ensino do País e facilitar diagnósticos e norteamiento de ações e políticas focalizadas, o Ministério da Educação vem disponibilizando desde 2006 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Trata-se de um indicador resultado da combinação do desempenho médio escolar (Prova Brasil e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB) dos estudantes em exames padronizados ao final de determinada etapa do ensino fundamental (4ª e 8ª séries) e o 3º ano do ensino médio, com a taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino (fluxo apurado pelo Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP).

O IDEB é um instrumento de gestão e deve ser considerado como mais um subsídio ao diagnóstico da realidade escolar. No seu segundo ano de divulgação, o IDEB cresceu em todas as etapas de ensino no País entre 2005 e 2007, sendo que os



resultados de 2007 ultrapassaram, em média, as metas a serem atingidas para 2009. No ensino médio o IDEB alcançou 3,5, meta prevista para 2009.

Todas as regiões alcançaram e ou superaram as metas do IDEB propostas para o ano de 2007. Dentre as regiões, o menor índice do IDEB referente ao ensino médio encontra-se na região Norte (2,9), com uma diferença de 1,0 ponto para a região com melhor desempenho, a Sul, que ultrapassou as projeções para 2009, que era de 3,8, alcançando o índice de 3,9.

Em relação ao desempenho de 2005, a única região que não apresentou uma melhora no IDEB do ensino médio foi a Norte, que manteve o mesmo índice. As regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste aumentaram em 1,0 ponto o índice do IDEB em relação a 2005.

Comparando o índice do IDEB do ensino médio das escolas públicas e privadas do Brasil, podemos observar que em 2007 a diferença entre elas é de 2,2 pontos, sendo o IDEB das escolas públicas 3,2 e das privadas 5,6. O índice do IDEB do ensino médio, alcançado pelas escolas privadas em 2007, supera em 0,4 pontos a projeção do IDEB nacional para o ensino médio em 2021.

De acordo com Censo Escolar de 2007, em 2005, observa-se que no ensino médio houve uma pequena queda de 0,7 pontos percentuais relativos à taxa de abandono se comparado a 2004. Contudo, os dados gerais revelaram um aumento de 1,1 pontos percentuais no índice de reprovação, que passa de 10,4% (2004), para 11,5% (2005). É interessante ressaltar o fato de que, contrariando a idéia de que maior reprovação pode levar ao maior abandono, os dados relativos ao ensino médio revelam que as regiões que apresentam as menores taxas de reprovação, Norte (8,7%) e Nordeste (9%), correspondem os maiores índices de abandono: 20,8% e 21,1% respectivamente, em 2005. Assim sendo, é possível pressupor que, nessas regiões, os altos índices de abandono são gerados por fatores extra-escolares. Observa-se a mesma tendência no Centro-Oeste, onde a taxa de reprovação é relativamente baixa (10,9%), e o abandono alto (17,6%), cabendo aqui um destaque ao Distrito Federal, que contraria a tendência regional, e apresenta uma elevada taxa de reprovação (19,1%), com baixo abandono

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



(10,2%). Cabe destacar também que os altos índices de reprovação observados nas regiões Sul e Sudeste, onde as taxas alcançaram, respectivamente, 14,5% e 13% de reprovação, se devem especialmente aos estados do Rio Grande do Sul (19,9%), São Paulo (13,8%) e Rio de Janeiro (13,3%).

Segundo dados da PNAD 2008, aos 17 anos de idade, os adolescentes brasileiros também ainda não atingiram a escolaridade adequada esperada. No conjunto da população brasileira de 15 anos ou mais de idade, a escolaridade média, em 2007, ainda não alcançou um nível satisfatório, apenas 7,3 anos de estudo. Houve um aumento nesta média de 1,5 anos de estudo em relação a 1997, quando o valor encontrado era de 5,8 anos. Neste particular, os ganhos na escolaridade média da população têm sido indiscutivelmente lentos. As diferenças entre as áreas urbana e rural são extremamente marcantes, sendo a média para o setor rural de apenas 4,5 anos, enquanto a urbana era de 7,8 anos.

Entre os estudantes de 15 a 17 anos, cerca de 85,2% dos brancos estavam estudando, sendo que 58,7% destes freqüentavam o nível médio, adequado a esta faixa etária. Entre os pretos e pardos, entretanto, 79,8% freqüentavam a escola, mas apenas 39,4% estavam no nível médio, representando uma taxa muito aquém da desejada.

## 5) Ensino Profissional

Os dados da PNAD 2007 trazem o baixo atendimento e revela que apenas 11,4% da demanda potencial foi atendida. Estes dados nos trazem outro importante indicador, a da desigualdade entre as regiões. A principal marca desta desigualdade traz a tona a diferença de 11,7 pontos percentuais, comparando as Regiões Centro-Oeste (5,45%) e Sul (17,1%).

Conforme os dados de Distribuição das instituições de ensino de educação profissional do *Anuário de Qualificação Profissional do Dieese* (2007) a partir do Censo de Educação Profissional de 1999, verificamos uma grande discrepância entre as regiões, emergindo uma diferença percentual de 41,7 pontos percentuais comparando-se o Norte (6,3%) e o Sudeste com (48%) das instituições. E sobre a oferta de cursos vemos uma diferença ainda maior com 58,4 p.p, sendo ofertado ao Norte 4% e ao

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**  
Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



Sudeste 62,4% dos cursos, sendo que, ao estado de São Paulo são direcionados 51,2% dos cursos.

O Ministério de Educação, em um documento em comemoração aos 100 anos da Rede Federal de ensino profissionalizante e tecnológico, propõe a meta de expansão da rede do ensino profissionalizante em todas as regiões brasileiras, aumentando até 2010 mais 214 novas unidades. Porém, o CDES (2006) aponta que o investimento do Ministério da Educação para a formação profissional é de apenas 2% de seu investimento e que ainda deve ser dividido com o investimento para o EJA. No IBGE 2008 não há indícios de como o governo poderá se articular para alcançar um aumento do ensino profissionalizante no país.

Quanto ao número de alunos matriculados na Rede Federal de Educação Profissional o Nordeste aparece como a região com maior número de alunos com 78.361 (34,7%), a região Sudeste na sequência com 65.090 e 28,9% do total. Existe uma diferença de 20,5 p.p. entre a Região Nordeste e o Centro-Oeste (14,2%) em relação ao número de alunos matriculados. Segundo o Senso Escolar de 2006 a rede Privada de Ensino Tecnológico respondeu por 54,8% das matrículas.

Os dados referentes ao ensino profissionalizante nos recentes documentos oficiais do Ministério da Educação e do IBGE são escassos. Porém, a escassez de dados sobre esta realidade educacional não descarta a desigualdade expressa nos poucos números já existentes no CDES de 2006, onde o oferecimento do ensino profissionalizante alcançava apenas 17,2% dos municípios brasileiros dos quais 26,5% encontram-se no sudeste do país enquanto 8% na região nordeste. Se compararmos a questão da formação dos trabalhadores, esta desigualdade cresce. O oferecimento deste tipo de formação é de 44,9% no sudeste e 5,3% na região norte do país. Os dados do IBGE 2008 não são suficientes para atualizar estes dados organizados pelo CDES 2006 o que acentua um discurso incoerente do governo em relação ao ensino profissionalizante.

Segundo o DIEESE (2006) as matrículas dos cursos oferecidos pela rede SENAI estão amplamente concentrados na região Sudeste correspondendo a 53% deste

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



total e a região Norte com 3,8 deste montante, uma diferença de 49,2 p.p. Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de 2006 revelam uma disparidade nos números dos alunos concluintes do Programa Nacional de Qualificação (PNQ), quanto à categoria gênero. Este fato é visto em todas as regiões do Brasil, com maior relevância na região Centro-Oeste onde há a diferença de 43,8 p.p. da conclusão das mulheres em relação.

O IBGE 2008 aponta a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um caminho para tentar erradicar a taxa de analfabetismo no país. Esta idéia somente vem corroborar o Decreto 5478/2007, no qual coloca como incumbência dos centros tecnológicos o oferecimento de cursos de Educação de Jovens e Adultos unidos ou não com cursos de capacitação profissional, o que reforça o PROEJA do governo federal. Embora haja uma redução na taxa de analfabetismo no país (1997 em 14% e 2007 em 10%), ainda continua sendo mostrada a desigualdade a partir do momento em que 52% dos analfabetos vivem na região nordeste em detrimento do restante do país. A taxa de analfabetismo rural (23%) é três vezes maior do que a urbana (7,6%). Em relação à taxa de analfabetismo funcional cai, porém se mantém desigual entre brancos, negros e pardos, visto que estes últimos estão no percentual de 27, 5% em relação aos brancos, que é de 16, 1%.

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**  
Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



## **CONCLUSÃO**

O Brasil apresenta-se como um país rico, porém com um grande contingente de pobres, o que nos remete não à falta de recursos para lidar com os problemas estruturais da pobreza, mas a presença de uma má distribuição desta riqueza e evidenciada numa grotesca desigualdade social.

A renda da população brasileira é superior à recebida por quase três quartos da população mundial e, ao mesmo tempo, entre um terço e metade da população brasileira vive em torno de uma linha de pobreza. Estes dados podem fornecer a dimensão da desigualdade. O Brasil é um país desigual e com uma parte grande de sua população vivendo em extrema pobreza. Compreender essa condição tem sido o desafio de muitos pesquisadores, nas diversas áreas do conhecimento.

Nosso estudo buscou dados que pudessem caracterizar a desigualdade social em sua expressão na educação, contribuindo em um esforço coletivo de desnaturalizar a desigualdade em nossas reflexões e pesquisas. Buscamos focalizar cada etapa do processo de escolarização Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio- e o ensino Profissionalizante. Foram coletados dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -INEP, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e do LABORATÓRIO DA EQUIDADE do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social -CDES, indicando a dimensão da desigualdade, exclusão e injustiça social. Os indicadores, de um modo geral, não são estimulantes.

Nossas conclusões não diferem da maior parte dos autores que colaboraram em nossa reflexão. Todos tomam a desigualdade como um fenômeno bastante complexo e afirmam que, no Brasil, ela não se restringe apenas à diferença de renda, mas também à diferença no acesso à educação de qualidade e aos demais bens e serviços. Ou seja, o quadro da desigualdade no Brasil está composto por vários elementos, entre eles as grandes diferenças no acesso, na permanência e nos resultados da escolarização da população. Sem dúvida, se evidencia também nos vários estudos e nos dados aqui



arrolados que essas diferenças educacionais estão intimamente ligadas às diferenças no nível de rendimento das famílias.

Educação e rendimentos do trabalho são dois fatores importantes na construção do quadro da desigualdade no Brasil. A defasagem na escolaridade, se não é o único fator que compõe a desigualdade social, é certamente uma das explicações para a desigualdade de renda, pelo seu impacto na remuneração do trabalho. A heterogeneidade educacional gera uma desigualdade de renda que reforça e reitera a desigualdade de oportunidades educacionais e sociais. Cabe reforçar aqui as conclusões de Henriques (2004) quando aponta que é escandaloso o nível de escolaridade da população brasileira, ressaltando que com uma heterogeneidade na escolaridade formal, tão alta, não há qualquer possibilidade de igualdade de oportunidades entre os brasileiros.

Dispomos de uma massa de excluídos que é analfabeta ou não concluiu o ensino fundamental e uma elite de incluídos universitários ou, ao menos, com segundo grau. O elevado diferencial salarial entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população é explicado em 80% pela diferença no acesso à educação desses dois grupos no extremo da distribuição de renda. Um poder explicativo enorme, derivado da desigualdade educacional. (Henriques, 2004, p.67)

Cabe reforçar também que o acesso à educação está intimamente relacionado ao rendimento das famílias. Os índices mais altos de permanência e acesso à escola se encontram nos grupos sociais de maiores rendimentos.

Nosso estudo sistematizou dados que caracterizam dois aspectos da educação: o primeiro, a questão da qualidade e do nível de escolaridade de nossa população; o segundo, as questões de igualdade/ desigualdade na educação.

Quanto ao primeiro ponto, os dados nos direcionam e mostram que a educação brasileira está longe de adentrar no rol de países cuja qualidade seja ao menos considerada satisfatória. Podemos justificar tal afirmação quando recorremos a última classificação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, quando o



Brasil aparece em posições ultrajantes ocupando respectivamente a 49º, 52º e 54º, em leitura, ciências e matemática, num ranking de 57 países. Este posicionamento remete que o país encontra-se ainda num nível de sistema básico elementar.

Quanto ao segundo ponto, os dados sistematizados buscaram caracterizar a expressão da desigualdade social na educação. A desigualdade apresenta-se sobre vários contextos no cotidiano escolar brasileiro. Esta desigualdade é mais evidente quando olhamos para as esferas regionais deste país, levando-se principalmente em conta a comparação entre as regiões Sul e Sudeste e as regiões Norte e Nordeste que apresentam em quase todas as confrontações, dados desproporcionais em relação às primeiras.

Esse panorama aqui sistematizado pretende evidenciar a desigualdade que se apresenta na escola, reproduzindo aspectos que são da realidade social mais ampla no Brasil. Regiões pobres e ricas, brancos e negros, regiões urbanas e rurais, famílias pobres e ricas. Pudemos observar que a desigualdade social na escola é um fenômeno persistente e que atinge grande parte da população brasileira. Os vários aspectos envolvidos no fenômeno demonstram que não há nada de natural nele, ao contrário, há uma construção social desta realidade educacional e o investimento somente em educação não será suficiente para abolir este quadro. As transformações na educação são urgentes e devem ser realizadas, mas precisam contemplar um quadro de transformações mais amplas.

Concordamos com Souza (2006) que existe uma ralé que é “fabricada” pela nossa sociedade. Essa ralé é composta por pessoas que vivem de forma desumana, são pessoas humilhadas, que vivem à “margem” da sociedade, mesmo que integrados fisicamente. A ralé social é o grupo de pessoas que não usufruem das mesmas oportunidades de vida (estudo e trabalho) que as pessoas das classes mais elevadas. Dessa forma, são indivíduos que sofrem na pele e no corpo a indiferença em relação à desigualdade social, transformando a alienação em um mecanismo poderoso que

## IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



contribuí para a manutenção da estrutura social vigente e para a naturalização da desigualdade social.

E concordamos com Severino (2001) quando afirma que a educação deve ter um compromisso político e de transformação social.

A partir do exposto, nós profissionais da educação, devemos nos questionar: qual é o nosso papel frente à questão da desigualdade (social e escolar)? É importante unir forças para combater a desigualdade. É importante tomarmos consciência do papel que cabe aos educadores para diminuir essas diferenças sociais e escolares. É importante lutar por políticas públicas que busquem resolver de fato o problema. É importante buscar formas que colaborem para a desnaturalização da desigualdade social. Enfim, é importante ter uma postura ativa em prol da militância a favor de uma sociedade mais justa e humana, pois só assim teríamos de fato orgulho de dizer: sou brasileiro.

A desigualdade social é uma realidade vivida em todos os âmbitos da realidade brasileira. Este tema tem se apresentado em vários documentos oficiais do governo como IBGE e PNAD com o intuito de medir a desigualdade no país e possuir um material que possa ajudar a formular estratégias para diminuir as diferenças sociais no panorama brasileiro.

Nosso esforço se somou ao de muitos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, pois buscamos fazer uma leitura desta realidade desigual com o intuito de conseguir ler o que, eventualmente, possa existir por detrás dos números, isto é, um esforço de desnaturalizar a idéia de que a desigualdade é intrínseca a realidade histórica do nosso país (Barros, 2002) e, portanto, a sua existência é justificada e relativamente aceita por alguns setores da sociedade brasileira como parte do processo do crescimento econômico e social pelo qual passa os países em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



A vergonhosa desigualdade brasileira não decorre de nenhuma fatalidade histórica, apesar da perturbadora naturalidade com que a sociedade brasileira a encara.

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



## Referências Bibliográficas:

IBGE – PNAD <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao>

UNESCO <http://www.unesco.org.br/>

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane.(2000). *Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Fevereiro, Vol. 15. N.42 (PP.123-142).

BARROS, R. P. HENRIQUES, R. MENDONÇA, R.(2002). *Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.

FERNANDES, C.M.(2001). *Desigualdade de Rendimentos e Educação no Brasil: alguns indicadores de diferenças regionais* – Revista ECONÔMICA, v.3, n.2, p.231-250, dezembro.

FERRARI, A. R.(1985). Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas: 35-49, fev.

HENRIQUES, Ricardo.(2004). Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. In NOLETO, M. J e WERTHEIN, J.(Org.). *Pobreza e desigualdade social no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social*. UNESCO, Brasília.

MEDEIROS, M.(2005). *O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec.

\_\_\_\_\_(2003). *Os ricos e a formulação de políticas de combate à pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, texto para discussão, nº 984, out.

SEVERINO, Antônio Joaquim.(2001). *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'Água.

SOUZA, J. (org).(2006).A Gramática social da Desigualdade brasileira. In, SOUZA, J. (org) - *A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira*- Belo Horizonte, UFMG.

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



SOUZA, J. (org).(2006). *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*- Belo Horizonte, UFMG.

SOUZA, J.(2004). Modernização periférica e naturalização da desigualdade: o caso brasileiro. In: *Imagens da desigualdade*. SCALON, C. (org.). Belo Horizonte: UFMG.

REIS, E.(2004). A Desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro In: SCALON, C.(org)- *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG.

SCALON, C. (2004). O que os brasileiros pensam das desigualdades sociais; In: SCALON, C (org) *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG.